

Procede-se também à periodização e à avaliação da evolução do sistema de emprego desde 1974 assim como à análise do dilema: qualidade versus quantidade do emprego. O modelo é ainda utilizado para a explicação de fenómenos mais precisos como as principais alterações das formas institucionais, a irrupção do desemprego, as inflexões da estrutura sectorial do emprego, a extensão do assalariamento e do trabalho clandestino.

Face à seriedade deste trabalho, as insuficiências que se lhe possa apontar parecem secundárias. No entanto, pode-se referir o problema da articulação entre os quatro níveis de análise: paradigmático, teórico, metodológico e técnico; e ainda a densidade do texto que representa em si — e quaisquer que sejam os possíveis contra-argumentos —, um potencial obstáculo à sua divulgação e compreensão mais alargada.

O economista «formalista» enunciará certamente uma crítica de outra ordem, referindo a insuficiente modelização ou formalização matemática do sistema de emprego; resulta evidente que este ponto representa o maior obstáculo à projecção internacional que a criação teórica subjacente a este trabalho merece.

Quanto à fertilidade do modelo de sistema de emprego desejada pela autora, ela revela-se a todos os níveis. Ao nível teórico-conceptual, a diversidade dos instrumentos utilizados e a sua relação abrem vários caminhos a conceptualizações posteriores. Ao nível analítico-metodológico, o modelo apresenta qualidades de sistematização e de síntese raramente encontradas noutras obras de economia do trabalho, e não só.

O modelo pode pertinentemente ser utilizado como guia heurístico para a observação e interpretação de vários outros objectos da ciência económica: entre outros, economia e política industrial, explicitações de realidades económico-sociais regionais e nacionais, análise do impacto do Mercado Interno sobre os tecidos produtivos e o emprego europeus, e identificação de modos diferenciados de desenvolvimento.

Outro factor de fecundidade reside no facto de o sistema de emprego poder ser dinamizado. Ele permite incorporar mutações estruturais, ao nível de qualquer das suas componentes ou do modo de relação entre elas, e permite, portanto,

interpretar essas mutações, assim como prevê-las.

Alguns elementos ou relações do modelo podem ser identificados como pontos nevrálgicos, variáveis sobre as quais se pode agir para provocar alterações estruturais. Neste sentido, o conhecimento do sistema de emprego fornece os meios para um aumento da eficácia da acção estratégica dos agentes decisores a nível económico e social.

Este novo paradigma de representação teórica — o sistema de emprego —, pode assim constituir uma promissora base de trabalho para uma modelização, alternativa às existentes, do sistema económico no seu conjunto. Poder-se-ia imaginar alguma conclusão mais entusiasmante? ■

Helena Lopes

Mutualismo agrícola: uma reflexão comparativa a propósito do livro de Philippe Chalmin, *Les Assurances Mutuelles Agricoles*, Paris, Ed. Economica, 1987.

Tendo como objectivo analisar as origens dos seguros mútuos e da mutualidade agrícola em França, Philippe Chalmin mostra, neste trabalho, como a génese da Mutualidade Agrícola da França actual está muito intimamente ligada aos processos informais de mutualismo baseados na solidariedade rural.

Através duma análise histórica rica em testemunhos documentais, o autor reconstitui o percurso do fenómeno dos seguros mútuos, remontando às *cotises* e *consorces landaises*, (1) que constituem as refe-

(1) «Cotises» ou «Consorces» — associações informais de seguro de gado, que radicam nas primeiras formas de mutualismo agrícola do Antigo Regime. São acordos de indemnização mútua, «*au marc le franc*», à semelhança do que acontece com as *mútuas* ou *acordos* no nosso país. Remontam ao séc. XVI. São de pequena dimensão («quartier»). Funcionam «no seio de um grupo de sociabilidade já existente». Representam «um fenómeno de massa único». A grande maioria não possui qualquer formalização nem possui estatutos escritos.

Originariamente, circunscreviam-se à região do Sudoeste de França, «região que esteve na origem das solidariedades camponesas, incluindo a protecção do gado». É, portanto, um fenómeno regional que teve um grande desenvolvimento no séc. XIX.

rências mais antigas do seguro pecuário, tal como as *mútuas de gado* ou *acordos*, entre nós.

Apesar de não ser sua preocupação analisar sociologicamente o fenómeno do seguro pecuário e não adiantar, por isso, novas pistas de análise que nos sirvam para desenvolver o conhecimento que já temos do caso português, realça este tipo de seguro e a sua importância para a compreensão do fenómeno em análise.

É, apenas, sobre este tipo de seguro que vou centrar a minha atenção.

Se, por um lado, podemos passar por cima das analogias quanto às origens e ao modo de funcionamento interno destas formas de seguro pecuário («cotises») e das mútuas de seguro de gado («acordos»), já as semelhanças quanto às formas de evolução e às razões do seu declínio e desaparecimento nos leva a uma reflexão mais cuidada. Também ao nível da relação com o Estado e nas tentativas de organização e institucionalização se verifica um paralelismo bastante interessante e significativo.

Com efeito, o seguro mútuo na agricultura tem referências bastante antigas e, em França como entre nós, está intimamente associado à imprevisibilidade dos riscos «da natureza e dos homens», nomeadamente aos riscos que punham em causa a própria sobrevivência dos pequenos produtores (Cf. Maria Adosinda Henriques, «Formas Tradicionais de Cooperação — as mútuas de seguro de gado», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 21, pp. 101-119). Daí a correlação que se tem verificado entre o fenómeno do seguro pecuário e a pequena exploração, contrariamente ao que acontece com outros tipos de seguro como, por exemplo, o seguro de incêndio que andou associado à grande exploração. A produção pecuária, para além de representar uma das actividades agrícolas mais expostas ao risco, constituía a base da sobrevivência das famílias, quer pela importância do gado como instrumento de trabalho, quer por se tratar de uma fonte importante de receita do agregado familiar.

Não admira, portanto que, também em França, o mutualismo de gado (*cotises* ou *consorces*) tenha sido a primeira forma de seguro mútuo e solidariedade rural. As grandes mútuas francesas estão, sobretudo, ligadas aos riscos urbanos e, no caso da agricultura, ao *risco de incêndio* e *granizo*. São, aliás, estas formas de

mutualismo que estão na base das estruturas actuais da Mutualidade Agrícola em França. É por esta razão que o desenvolvimento do seguro rural e agrícola no séc. XIX em França se faz em dois movimentos distintos — o que assenta em formas simples e informais de seguro pecuário, do qual não ficaram praticamente vestígios escritos, e a criação do seguro de incêndio e granizo, que resultou do empenho de notáveis e grandes proprietários rurais. Aliás, estes tipos de seguro já estavam em grande parte cobertos pelas grandes mútuas e companhias.

Também a mutualidade de gado foi, a partir de finais do séc. XIX dinamizada por «professores de agricultura», «notáveis», ou dirigentes de sindicatos e organizações agrícolas. Estas campanhas visavam a organização e estruturação deste tipo de seguro e, ainda, a institucionalização do resseguro. Verifica-se, deste modo, que o seguro mútuo de gado se desenvolveu (antes de 1914), fundamentalmente, de duas maneiras: de forma espontânea, assente nas *concises au marc le franc*, «movimento de massa baseado nas tradições camponesas», e de forma mais institucionalizada, assente na influência de notáveis rurais e dependentes de subvenção e de consagração administrativas.

As «caixas» que se constituíram na sequência destas campanhas, «eleitoralistas e artificiais», não sobreviveram e desapareceram (as primeiras logo nos anos 20) quando se acabaram os apoios estatais. O golpe fatal, segundo o autor, surge com a obrigação (prevista na lei 1900) do resseguro e a imposição do modelo de «mutualidade a três escalões» (p. 147).

É interessante notar que foi precisamente nas regiões de maior tradição, onde a mutualidade estava «fortemente implantada», que se fez sentir uma menor influência destas campanhas de organização e de resseguro. Em 1914 «o edifício da mutualidade de gado aparece brilhante mas frágil» (p. 100).

O mesmo não se passou com o seguro de incêndio, daí resultando que, no pós-guerra, se tenha assistido a dois movimentos diferentes na evolução da mutualidade agrícola: «a mutualidade de gado dispersa à procura de estruturas» e a de incêndio «centralizada à procura de aderentes». Enquanto a mutualidade de gado se começa a desmembrar, a de incêndio, com estruturas mais seguras, fortalece-se

«tirando partido dos novos desenvolvimentos do seguro de acidentes».

Sendo o seguro pecuário a referência mais antiga do seguro mútuo e tendo a mutualidade agrícola, em França, sofrido um enorme impulso nos finais do século passado e princípios deste século, como é que se deve compreender que seja justamente neste último período que as mútuas de seguro de gado sofram a sua maior recessão? Porque é que a maior parte das mútuas decorrentes deste «incremento mutualista» tiveram uma acção efémera, ficando muitas apenas «no papel», enquanto no Sudoeste se mantiveram até cerca de 1950, sobrevivendo à transformação da própria produção pecuária?

Como se compreende que estas campanhas que pretendiam reforçar o movimento para o resseguro e a constituição de caixas departamentais e regionais no sentido de reforçar as pequenas sociedades locais, não tenham tido qualquer êxito?

O autor não adianta hipóteses de resposta a estas questões, até porque, como se disse não é essa a preocupação central do trabalho. Refere, no entanto, alguns factores que tiveram influência no seu declínio. É interessante destacá-los, na medida em que confirmam algumas hipóteses já levantadas que ajudam à compreensão deste fenómeno. Do conjunto desses factores — mecanização do trabalho agrícola, diminuição da população activa agrícola, para já não falar nas consequências da guerra — são as causas relacionadas com as tentativas de organização e institucionalização das mútuas de gado que exigem uma análise mais «fina», dada a complexidade das questões que envolvem.

Ph. Chalmin apresenta, assim, os anos de 1870/1880 como charneira. Até aí, a mutualidade era o reflexo duma solidariedade vivida por uma comunidade. A partir desta época, «as caixas — que continuam apesar de tudo como reflexos destas solidariedades — têm na sua origem notáveis, políticos, intelectuais, conselheiros gerais, sociedades de agricultura, professores de agricultura...» (p. 27). Estava-se agora mais próximo das «grandes mútuas» do que das *cotises landaises*. Estas caixas locais funcionavam com base em estatutos-tipo, feitos pelos seus dinamizadores. Passava-se, assim, da diversidade que caracterizava o século anterior para uma certa uniformidade de funcionamento, imposta «de fora». «Dificilmente organizá-

vel, a mutualidade de gado tornou-se periclitante devido à falta de imaginação dos responsáveis administrativos e mutualistas que se entusiasmaram a construir uma estrutura idêntica à do incêndio ou dos acidentes de trabalho. Esta estrutura só sobreviveu à custa de subvenções que lhe estavam reservadas» (p. 148). Estima-se que cerca de um terço destas mútuas tenham «existido apenas no papel».

Apesar da dificuldade em reconstituir a importância numérica do fenómeno, pelo facto da maior parte destas associações mútuas não possuírem qualquer registo escrito, foram recenseadas oficialmente em 1897 cerca de 1500, metade das quais eram *cotises landaises*. Quase toda a região das Landes e dos Baixos Pirinéus estava, no final do séc. XIX «tocada» pelo fenómeno. Foram as mútuas mais antigas que, nas zonas de maior tradição mutualista, sobreviveram autonomamente.

Assim e partindo do conhecimento do fenómeno de seguro mútuo em Portugal e da semelhança que se verifica com a história do percurso das mútuas de gado em França, aqui analisada pelo autor, parece que se podem identificar algumas das causas do declínio e, eventualmente, desaparecimento deste fenómeno que, entre nós, tem séculos de tradição.

Entre as causas principais estão, por certo, o facto de a maior parte das medidas de apoio não se adequarem à especificidade do seguro pecuário e não se integraram nos «grupos de sociabilidade já existentes», ou seja, não terem em conta uma das bases fundamentais deste tipo de organização informal, o interconhecimento e o modo de funcionamento interno das formas associativas em que assenta. ■

Maria Adosinda Henriques

Nicole Arnaud-Duc, *Droit, Mentalités et Changement Social en Provence Occidentale, Une étude sur les stratégies et la pratique notariale en matière matrimoniale*. Paris, Saint-Étienne: Edisud, 1985, 352 pp.

O estudo de Nicole Arnaud-Duc está, sob o ponto de vista teórico, na encruzilhada